



Grupo 16: Expresiones, intereses y estrategias en los conflictos sociales

Neoliberalismo, desempleo e lutas sociais: uma análise sobre a origem e a trajetória de um movimento de desempregados brasileiro nos anos 2000

Elaine Regina Aguiar Amorim

IFCH/UNICAMP

amorim_elaine@ig.com.br

Introdução

Neoliberalismo, desemprego e lutas sociais

A gestação do Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD), no final dos anos de 1990, ocorreu, no Brasil, em um contexto de refluxo do movimento operário e popular. Ao contrário das inúmeras mobilizações, das greves massivas e da significativa capacidade organizativa do movimento operário e sindical observadas na década anterior (1980) e que tiveram o papel de retardar a implantação da política neoliberal no país (GALVÃO; BOITO; MARCELINO, 2011), os anos de 1990 caracterizaram-se pela diminuição das ações grevistas e por mudanças na prática sindical e no conteúdo das reivindicações, daquela que até então expressava o sindicalismo combativo no país: a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Nessa década (1990), os governos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) proporcionaram, respectivamente, as condições necessárias para a implantação e a consolidação do neoliberalismo. Em relação a outros países, a introdução das políticas neoliberais no Brasil foi mais tardia e se diferenciou da forma radical em que foi implementado, por exemplo, na Argentina. Uma das diferenças da ditadura militar brasileira comparada a de outros países da América Latina consistiu na continuidade dada à política desenvolvimentista e à diversificação do parque industrial (BOITO JR, 1999). Com isso, enquanto nos anos de 1970 o crescimento econômico obtido pelo sucesso dessa política impediu a aplicação das



reformas neoliberais no país, na década de 1980 estas seriam barradas pela resistência operária e pela ação dos movimentos populares.

Somente a partir de 1989, com a eleição de Fernando Collor, o neoliberalismo neoliberal começaria a ser introduzido e seria seguido pelos governos posteriores. A despeito dessa diferença temporal, as políticas neoliberais adotadas no país repercutiram negativamente sobre o emprego no setor urbano e rural, deteriorou os serviços públicos e reduziu ainda mais os direitos sociais e trabalhistas, mesmo com a existência de um mercado de trabalho bastante flexível e com um sistema de proteção social que deixava à margem amplas parcelas da população.

Ao observarmos os dados sobre o mercado de trabalho brasileiro ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 encontramos informações significativas para a compreensão dos impactos das políticas neoliberais sobre o desemprego. Se considerarmos os registros do DIEESE¹, somente na região metropolitana de São Paulo a taxa média de desemprego aumentou de 14,2%, em 1994, para 19,3%, em 1999, e 20,4% em abril de 2002; porcentagem que bateu recorde histórico por ter sido superior a todas as outras registradas desde 1985, quando se iniciaram os levantamentos feitos por esse órgão (DIEESE, 2002). A esse quadro poderíamos acrescentar, ainda, a difusão de formas e contratos de trabalho precários e a redução do caráter protetor da legislação trabalhista, expressos, por exemplo, no crescimento da informalidade brasileira² (POCHMANN, 2006).

¹ A mediação oficial do desemprego nacional realizada pelo IBGE pautava-se, até 2002, em uma metodologia que considerava como desempregado somente o trabalhador que na semana anterior à pesquisa tivesse procurado emprego e não trabalhado nem mesmo 60 minutos, como também estivesse apto para ocupar imediatamente uma vaga. Disso resultava a subestimação das taxas auferidas por esse instituto. Por isso, utilizamos os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico (DIEESE) que, embora registre os dados relacionados somente às seis principais regiões metropolitanas do país, adota os 30 dias anteriores da pesquisa como período de referência e considera nos seus levantamentos a soma dos índices relativos ao desemprego oculto pelo trabalho precário, ao desemprego oculto pelo desalento e ao desemprego aberto.

² Para se ter uma noção da magnitude da informalidade no Brasil 1/3 das ocupações existentes durante os anos de 1980 não tinha carteira assinada. Esta situação somente agravou-se durante a década de 1990 juntamente com o aumento do desemprego aberto e com a difusão das novas formas de trabalho precário. De acordo com Pochmann (2007, p.1) a inflexão do mercado brasileiro a partir de meados da década de 1980 teria reconfigurado a informalidade. Entre 1985 e 2005 de cada 10 postos de trabalho criado no período, seis foram assalariados (20,2 milhões) e dentre estes quatro com carteira assinada (12,7 milhões de empregos formais). Em contrapartida, o país criou um contingente adicional de 13,1 milhões de postos de trabalho não assalariados, correspondendo a 40% do total de postos gerados.



Pode-se dizer que o desemprego minou a luta sindical nesse período (BOITO, 2002), na medida em que atingiu setores importantes e ativos do sindicalismo combativo (por exemplo, os bancários e os metalúrgicos), mas contribuiu também para a formação de novas resistências, como exemplifica o movimento que nos propomos aqui analisar. Isto significa que, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo atingiu diretamente as classes trabalhadoras e provocou o recuo de suas organizações representativas frente ao temor do desemprego, as suas consequências desencadearam ou reativaram novas mobilizações sociais.

A primeira organização do MTD, no estado do Rio Grande do Sul, gestou-se, então, nesse quadro complexo, no qual, ao mesmo tempo em que a consolidação da implantação do neoliberalismo no país tornou o cenário adverso para o movimento operário e sindical, outras formas de resistência surgiram³.

Nos anos 2000 surgiram as lutas contra a “globalização neoliberal”, impulsionadas pelo movimento altermundialista, cuja principal expressão no Brasil foi o Fórum Social Mundial, que teve as suas primeiras edições realizadas na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Segundo alguns autores, a década de 2000 caracterizou-se pela “acomodação política” (GALVÃO, BOITO, MARCELINO, 2011) do movimento sindical e popular; acomodação que tampouco significou a ausência de lutas junto às bases sociais, mas sim uma tendência a evitar o confronto com o governo por parte das cúpulas dos movimentos. Os primeiros anos de desenvolvimento do MTD inseriram-se, portanto, nesse contexto, marcado, de um lado, por certas expectativas em relação ao governo Lula, considerado por alguns como um “governo em disputa” e, de outro lado, pelas contradições e impasses vivenciados pelos movimentos na conjuntura conformada a partir de 2003.

A proposta de comunicação que ora apresentamos pauta-se em uma pesquisa de pós-doutorado, ainda em curso, que tem como objeto a trajetória política do Movimento

³ Como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), vinculado ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Cabe lembrar que especialmente no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), o MST conseguiu se fortalecer e transformar-se no movimento popular mais importante do Brasil e na principal resistência ao projeto neoliberal (COLETTI, 2002, p.50); em contrapartida, ele passou a ser cada vez mais criminalizado e atacado por esse governo no seu segundo mandato e pela imprensa.



dos Trabalhadores Desempregados do Rio Grande do Sul (MTD/RS). O presente estudo pauta-se em uma pesquisa documental, bibliográfica e empírica. Esta última, realizada junto ao MTD/RS, consistiu, por um lado, na realização de entrevistas qualitativas com membros que pertenciam à Coordenação Executiva e Estadual, bem como com lideranças intermediárias (responsáveis por empreendimentos produtivos e coordenadores de núcleos de bairros) e, por outro, na aplicação de um questionário semi-aberto com uma pequena parcela da base social.

Pretendemos discutir no GT alguns dos resultados alcançados, até o momento, com o desenvolvimento da pesquisa e que se referem às mudanças e/ou continuidades observadas no horizonte político, nas reivindicações e nas formas de organização do MTD.

Formação, origem e primeiros anos do MTD

No Brasil, poucos movimentos de desempregados surgiram ao longo da década de 1990 e aqueles que se constituíram não tiveram uma longa trajetória, como exemplifica o Movimento Contra o Desemprego (MCD), que entre as dificuldades encontradas para manter-se ativo deparou-se com a falta de envolvimento e de apoio efetivo dos sindicatos locais (BARRETO, 2005). O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), gestado no final dos anos de 1990, no Rio Grande do Sul, tornou-se a principal referência organizativa dos trabalhadores sem emprego e logrou obter uma trajetória mais duradoura, que perdura até hoje. A ocasião da sua fundação oficial, em 2000, já evidenciava a organização e o trabalho de base realizados junto ao seu público alvo antes mesmo do seu aparecimento na cena pública, que se deu com a ocupação de um terreno da multinacional General Motors e contou com a participação de 200 famílias (MTE, 2007).

Os principais antecedentes da formação do MTD estão relacionados com as discussões realizadas por militantes de diferentes organizações (MST, Via Campesina, pastorais sociais da igreja católica e etc.) nucleados na Consulta Popular⁴ e com a

⁴ Impulsionada pelo MST e criada em 1997, a Consulta Popular é uma organização política que se originou a partir da crítica à primazia eleitoral e ao rebaixamento dos programas políticos que passaram a ser praticados pela esquerda partidária, descrente dos projetos políticos revolucionários. Defendendo a retomada dos trabalhos de base, a Consulta Popular aglutinou militantes de diversos movimentos e



atuação da Subcomissão sobre o Desemprego (vinculada à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul).

No interior da Consulta Popular as discussões voltavam-se tanto para a crítica ao abandono de um horizonte político revolucionário pela esquerda partidária, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), como para o alarmante crescimento do desemprego e para os limites das lutas voltadas para a conquista da moradia. Para os militantes nucleados nessa organização, a conjuntura política e econômica colocava desafios aos setores populares urbanos, com suas condições de vida e trabalho cada vez mais deterioradas; embora existissem movimentos por moradia, a principal crítica direcionada aos mesmos relacionava-se à dificuldade, uma vez conquistada a moradia, de manter a organização para uma luta política. Por isso, resultou desses debates a decisão de conformar um núcleo de militantes, cuja responsabilidade seria pensar e elaborar estratégias para a constituição de um movimento social urbano comprometido com duas reivindicações principais – trabalho e moradia – e que se somasse à construção de um “Projeto Popular para o Brasil”, tal como proposto pela Consulta Popular, a fim de disputar um projeto de sociedade (MTE, 2007).

A Subcomissão sobre o Desemprego, constituída com o objetivo de analisar a situação de desemprego no estado e propor políticas públicas para o mesmo, era presidida pelo Deputado petista Roque Grazzioti, conhecido como Padre “Roque” e pela sua relação próxima aos movimentos sociais (MANGUEIRA, 2006). Essa Subcomissão reuniu, no período de 1999 a 2000, desempregados, políticos e várias entidades locais, como a Pastoral Operária, a CUT e a Federação dos Metalúrgicos, e produziu dois projetos de lei propondo: a extensão da jornada de trabalho dos bancos com a finalidade de gerar empregos no setor e a criação de um Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho, isto é, postos de trabalho comunitários que assegurariam aos beneficiários uma bolsa-auxílio no valor de um salário mínimo, cesta básica, vale-transporte e qualificação profissional durante 6 meses (MTD, 2007; FILHO, 2009).

A partir das discussões realizadas nos dois espaços mencionados e do trabalho desenvolvido pelo grupo de militantes selecionado organizaram-se várias ações. Uma

organizações sociais, tendo como principal proposta construir um Projeto Popular Para o Brasil em contraposição ao neoliberalismo. Para maiores informações ver site: <http://www.consultapopular.org.br>



delas consistiu na aplicação de um questionário com aproximadamente dois mil desempregados (MTE, 2007) com o objetivo de identificar o interesse destes em se engajar em um movimento de desempregados e em ocupações de terras e acampamentos de “lona preta” (em uma clara referência aos barracos construídos pelo MST). Outra ação consistiu na elaboração de duas Cartilhas dos Desempregados. A primeira intitulada Cartilha do Militante indicava orientações a respeito do trabalho de base e da organização que deveriam ser desenvolvidos junto aos desempregados, como também os princípios do movimento a ser constituído, tais como:

Que a luta não seja apenas por resolver problemas emergenciais, mas que seja uma luta por uma sociedade justa, pois sabemos que no atual sistema capitalista e neoliberal não conseguimos a valorização do trabalho e da produção. Portanto, lutamos por uma sociedade e um novo sistema econômico onde a prioridade seja o ser humano.

Que o movimento dos desempregados seja um movimento de massas, autônomo, para conquistarmos direitos básicos como comida, casa, trabalho e transformação social (CARTILHA DOS DESEMPREGADOS, 2000).

Na segunda Cartilha dos Desempregados, intitulada Desafios dos Trabalhadores Desempregados, apareceriam pela primeira vez duas propostas de reivindicação que seriam posteriormente reelaboradas: a criação de uma “agrovila” e das “Frentes de Trabalho Com Distribuição de Renda”. As Frentes corresponderiam a uma demanda emergencial e imediata; por meio delas o trabalho seria prestado diretamente ao poder público ou para as comunidades e os trabalhadores teriam a sua jornada distribuída da seguinte forma: três dias de trabalho efetivo, um dia para qualificação profissional e um dia para resgate de valores sociais e humanos. A “agrovila” corresponderia a uma solução para o trabalho e a moradia, pois cada família participante teria o direito a um lote de terra, no qual poderia construir sua casa, produzir alimentos para a sobrevivência ou para a venda, como desenvolver coletivamente outras formas de trabalho que assegurassem uma renda, por exemplo, cooperativas ou mesmo as Frentes de Trabalho.

O que nessas cartilhas apareciam como propostas de reivindicação terminaram tornando-se uma das principais bandeiras do movimento: as Frentes Emergenciais de Trabalho e os “Assentamentos Rururbanos”. Após quase um ano do surgimento oficial



do MTD através da ocupação mantida pelas 200 famílias, aprovou-se no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, a Lei Estadual das Frentes Emergenciais de Trabalho (n.11.628, de 14/05/01), que estabeleceu a implementação das Frentes com base no orçamento estadual anual (MTD, 2007). A regulamentação da lei seria vista, então, como uma das primeiras conquistas do MTD. Os beneficiários do programa passaram a prestar serviços eventuais para o governo, como lavar colégios, limpar arroios, reflorestar margens de córregos, entre outros.

A proposta dos assentamentos rururbanos relacionava-se diretamente com a negação do emprego assalariado feita originalmente pelo movimento, que propunha, em contrapartida, o trabalho coletivo baseado na autogestão; isto é, almejava-se desenvolver, coletivamente, com as famílias assentadas, atividades agropecuárias e empreendimentos específicos do setor urbano (como uma metalúrgica, fábrica de tijolos, entre outros) cuja produção pudesse ser compartilhada pelos próprios produtores e destinada para a venda no mercado. Com essa proposta o movimento visava também retirar os trabalhadores das periferias das grandes cidades e das péssimas condições de moradia. Esse novo tipo de assentamento deveria estar localizado em áreas rurais próximas aos grandes centros urbanos a fim de permitir, ao mesmo tempo, que um membro da família assentada mantivesse vínculos de trabalho no setor urbano. Apesar da crítica ao emprego assalariado e da proposta original formulada pelo movimento, havia um reconhecimento da necessidade dos desempregados darem continuidade a trabalhos precários (“bicos”), que supriam necessidades imediatas.

Após dois anos de experiência do primeiro acampamento, quando o petista Olívio Dutra (1999 - 2002) estava à frente do governo estadual, o MTD conquistou o seu primeiro assentamento, localizado no município de Eldorado do Sul e denominado Belo Monte. Nele vivem atualmente em torno de 50 famílias, sendo que a área está dividida em lotes de 20 x 50 metros destinados às residências e em lotes de 4,3 hectares voltados para a produção.

Um aspecto que chama a atenção nesses primeiros anos é a influência que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) parece ter exercido na formação e no desenvolvimento do MTD (MANGUEIRA, 2006). Em seu estudo sobre as semelhanças entre as formas de organização política do MST com as incorporadas pelo MTD de



Belford-Roxo (município da Baixada Fluminense/RJ), Sérgio Mangueira (2006) argumenta que, sem desconsiderar as devidas adaptações, as similaridades estão relacionadas com um processo mais amplo:

A ação política consolidada ao longo das duas últimas décadas do Movimento de trabalhadores Sem Terra é emblemática de formas específicas de protesto social que acabaram por engendrar relações possíveis com outras organizações sociais. (...) A hipótese central é que, através das devidas adaptações, o MST vem imprimindo a marca do seu modelo de organização nos *movimentos urbanos* que dessa forma vêm reconstruindo e resignificando demandas antigas e criando demandas novas na dinâmica de suas atividades (MANGUEIRA, 2006, p.2).

Essa influência pode ser vista nas estratégias de luta e nos métodos de ação, muito parecidas às praticadas pelo MST, como os acampamentos, os assentamentos e as ocupações de prédios públicos e terrenos. A ausência de informações precisas sobre o número de ocupações⁵ realizadas pelo MTD nos impede de mensurar a recorrência destas ações como instrumento de pressão sobre o governo, de todo modo, a proposta de constituição dos “assentamentos rururbanos” demonstra a importância da referência dos assentamentos rurais dos sem-terra como produto da ofensiva política e das pressões exercidas pelas ocupações e acampamentos (COLETTI, 2002), mas também como uma experiência organizativa que produz efeitos no plano mais imediato da luta ao se constituir como uma primeira conquista de um objetivo mais amplo⁶.

É possível perceber que nos primeiros anos do movimento as principais reivindicações concentraram-se nas Frentes Emergenciais de Trabalho e nos Assentamentos Rururbanos. Entre 2000 e 2002, além de outras ocupações de terras realizadas poucos meses depois da primeira ocupação, os esforços do MTD direcionaram-se para a organização dos assentados e dos empreendimentos autogestivos (por exemplo: a horta comunitária, a fábrica de tijolos, a padaria, entre outros) no

⁵ Uma das dificuldades encontradas no estudo dos movimentos de desempregados no Brasil é a ausência de fontes que registrem as ocupações e outras mobilizações realizadas por eles; inclusive são raros os movimentos com *site* na internet. As informações que dispomos indicam que a ocupação parece ter sido desde a origem do MTD do Rio Grande do Sul um instrumento de luta importante. Para se ter uma ideia, em 2007, este MTD organizou várias ocupações: entre abril e agosto desse ano 16 prédios foram ocupados em todo estado (MTD, 2007).

⁶ Como Coletti (2002) chama a atenção, os assentamentos (terras desapropriadas pelo governo) é o resultado de uma ofensiva no plano mais imediato, porém necessitam ser viabilizados economicamente e consolidados. A vitória pela conquista da terra não representa, neste caso, o fim da luta.



interior do primeiro assentamento conquistado. Esse é o período no qual se estabelece, então, o eixo de luta do MTD, qual seja: “*Trabalho, Terra e Teto*” (que posteriormente incorpora o lema *Educação*).

Da massificação do MTD/RS à sua criminalização

Os anos seguintes que, a título indicativo poderíamos caracterizar como uma segunda fase da trajetória do movimento (2003 a 2006), corresponde ao período em que o movimento adotou como estratégia construir núcleos de base nos bairros da periferia, com o objetivo de massificar-se e tornar-se uma referência política no estado. Os núcleos de base não correspondiam a uma nova forma de organização posta em prática, uma vez que já nas Cartilhas dos Desempregados afirmava-se que tais núcleos eram o “alicerce do movimento” e, por meio deles deveriam organizar-se todos os integrantes. O que nos parece ter diferenciado os primeiros núcleos de base dos constituídos nessa nova fase foi a sua composição: inicialmente havia uma presença maior de famílias, inclusive pelo fato das primeiras mobilizações terem se direcionado para a formação e organização do acampamento, enquanto nesse momento posterior os núcleos foram constituídos nos bairros periféricos, sem envolver necessariamente a unidade familiar, mas, sim, um dos seus membros – no caso, especialmente as mulheres.

Outra característica refere-se a uma nova reivindicação formulada após as primeiras experiências com as Frentes Emergenciais de Trabalho: a conformação de Grupos de Produção em diversas áreas produtivas (confeção, artesanato, padarias, agricultura urbana), com o objetivo de não realizar serviços temporários para o estado, mas sim uma atividade permanente relacionada com a experiência profissional dos participantes e por um tempo maior aos seis meses de duração das Frentes (CIMI BRASIL, 2004). Se a princípio as Frentes foram reivindicadas pelo movimento de acordo com uma proposta de “disputar as verbas públicas”, Deise Ferraz (2010) observou que as experiências de trabalho dos integrantes beneficiados evidenciaram o risco do programa tornar-se um substituto à contratação de funcionários públicos para a realização dos serviços prestados. A concretização da nova proposta exigiu, contudo, a organização de novas mobilizações para pressionar o governo a destinar os subsídios das Frentes aos membros dos Grupos de Produção.



O êxito da massificação nos centros urbanos ocorreu de um modo desfavorável aos assentamentos, especialmente o de Belo Monte, que sofreu as consequências da sua regularização pelo governo de Germano Rigotto (PMDB [Partido do Movimento Democrático do Brasil], 2003-2006) e do deslocamento de importantes lideranças para outros espaços. Por um lado, a regularização do assentamento de Belo Monte como rural – e não como rururbano –, interferiu na continuidade dos empreendimentos coletivos, uma vez que o acesso às políticas de financiamento disponibilizadas pelo governo deveria ser pleiteado individualmente ou por cada família. Por outro lado, a saída de dirigentes para outras frentes do movimento e, inclusive, para ocupar cargos no âmbito do governo federal (presidido por Lula da Silva), repercutiu sobre o conjunto dos assentados, que não tinham consolidado ainda a sua experiência de vida e de trabalho no interior do assentamento.

Os trabalhadores assentados em Belo Monte que responderam ao questionário semi-aberto (aplicado durante a pesquisa de campo) apresentaram não apenas queixas a esse processo, mas explicitaram a despolitização e o individualismo que passaram a caracterizar os assentados em contraste ao coletivismo, à solidariedade e à participação existentes no acampamento.

Em relação à massificação, deve ser destacada a feminização da base social da organização, pois se as mulheres sempre tiveram uma importante participação no interior da organização, elas passaram a representar 90% da base social devido a sua maior predisposição a participar dos núcleos de bairro em relação ao público masculino.

A última fase relativa aos anos de 2007-2010 representou o momento de maior repressão sofrida pelo MTD no decorrer da sua história; o governo estadual, sob o comando de Yeda Crucius (2007-2010), filiada ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), recusou-se a dar continuidade à aplicação da lei estadual das Frentes de Trabalho, a atender as reivindicações dos desempregados mobilizados, como reprimiu violentamente as manifestações e protestos, inclusive prendendo militantes. Embora essa política repressiva não tenha alterado significativamente a composição da base social, provocou, segundo uma das lideranças entrevistada, a desarticulação e o recuo do movimento, pelo fato deste não ter obtido nenhuma conquista junto ao governo estadual. Para se ter uma ideia do posicionamento estabelecido pelo governo, a lei que



assegurava as Frentes de Trabalho e era considerada um suporte fundamental para os desempregados não foi efetuada em nenhum momento ao longo do mandato do PSDB (FERRAZ, 2010).

É importante perceber que se desde a fase anterior, com o início do mandato de Germano Rigotto do PMDB, houve uma mudança na correlação de forças no âmbito do governo estadual do Rio Grande do Sul, tal modificação intensificou-se quando o PSDB (partido vinculado aos interesses do capital financeiro internacional e desde 1994 rival do PT nas eleições presidenciais), ganhou pela primeira vez, em 2007, o pleito para a escolha do governo desse estado. No âmbito estadual o jogo político tornou-se paulatinamente desfavorável para o movimento que passou a não ter nem mesmo um espaço de negociação junto à governadora.

No bojo dessa conjuntura adversa, o movimento recorreu aos canais de negociação junto aos poderes municipais e federal, propondo a criação de uma lei que assegurasse maquinários e infraestrutura para empreendimentos produtivos autogestionários, já que uma das dificuldades encontradas no desenvolvimento dos Grupos de Produção era justamente a impossibilidade de dar continuidade aos mesmos por conta dos custos que envolviam obter e manter os meios de produção.

A proposta da criação dos Pontos Populares de Produção, segundo documentos analisados por Ferraz (2010), se distinguiriam das experiências no âmbito da Economia Solidária⁷ pelo seu caráter político-pedagógico fundamentado em três eixos – o social, a gestão e a produção –, e teria como um dos seus objetivos proporcionar uma formação humana e política aos trabalhadores.

Ao longo da sua trajetória o movimento tem buscado constantemente respostas para a geração de renda aos desempregados. As novas propostas formuladas ao longo desse período resultaram dos limites e potencialidades encontradas nas experiências realizadas com as Frentes de Trabalho e com os Grupos de Produção, que possibilitaram

⁷ Em maio de 2003 o presidente Lula criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária, promovendo a geração de trabalho e renda, bem como a inclusão social. Em 2005, segundo relatório produzido pelo MTE, existiam 24 programas sociais de apoio à Economia Solidária.



a proposição mais recente sobre os Pontos Populares de Trabalho⁸. Ao mesmo tempo em que essas reivindicações alteraram-se no decorrer dos anos, os acampamentos e os assentamentos rururbanos passaram para o segundo plano, isto é, não receberam a mesma atenção pelo movimento, seja enquanto uma forma de organização estratégica dos desempregados (ocupação), seja como uma reivindicação que articulava os principais eixos de luta da organização (Trabalho, Terra e Teto).

Ainda cabe mencionar que, nessa última fase, a desfavorável relação de forças vivida pelo movimento no âmbito estadual não se reproduziu na esfera federal. Sob o governo de Lula da Silva e desde o seu primeiro mandato, o movimento passou a participar de canais institucionais na esfera do poder executivo. Vale lembrar que várias lideranças do MTD eram não apenas filiadas ou simpatizantes do PT – que governou a capital do estado por 16 anos seguidos (de 1989 a 2005) –, como também trabalhavam como assessoras de políticos petistas (por exemplo, deputados estaduais), o que provavelmente facilitou a participação do movimento nos espaços abertos pela Presidência. O desenvolvimento da pesquisa não nos permite apontar se essa participação possibilitou o acesso diferenciado a recursos ou a políticas sociais disponibilizados pelo governo, mas, teve, provavelmente, um impacto político sobre a organização⁹.

A partir da ascensão presidencial de Lula as altas taxas de desemprego observadas no início da gestão diminuíram de 19,5%, em 2002, para 14,2%, em 2009 (DIEESE, 2010) e para 11,9%, em 2010 (DIEESE, 2011), se considerarmos os registros para as principais regiões metropolitanas. Segundo alguns estudos (BICHIR, 2010; MARQUES; MENDES, 2007) houve nesse período uma diminuição da pobreza em decorrência do Bolsa Família, carro-chefe da política social do presidente petista, mas esse programa não buscou conter ou ser uma resposta às mobilizações dos desempregados, apesar de ter exercido, na opinião de alguns autores, um papel

⁸ A elaboração da proposta dos Pontos Populares de Trabalho fundamentou-se nas experiências dos coletivos de trabalho existentes na cidade de Caxias do Sul, no qual o município concedeu maquinários, equipamentos de proteção e matéria-prima aos desempregados.

⁹ Em 2011, um grupo de 51 militantes do MST, do MTD, da Consulta Popular e da Via Campesina publicou uma carta pública, explicitando a sua saída desses movimentos e as causas que o motivaram. Nesse grupo encontravam-se 16 militantes do MTD, dos quais 12 eram do MTD/RS. Uma das críticas apontada ao MTD, referia-se à restrição das suas ações, que no último período limitou-se a reivindicar políticas compensatórias.



amortecedor das tensões sociais¹⁰ (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). Foi nesse contexto, contudo, que o MTD difundiu-se para outros estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Goiás, Santa Catarina), mas sem conseguir conformar um organismo centralizado, que desse uma direção geral ao movimento.

A despeito dessa dificuldade, as organizações do MTD de diferentes estados realizaram o Primeiro Encontro Nacional em Porto Alegre, em abril de 2007 (DUARTE; CASIRAGHI, 2007). Em um documento contendo a sistematização do encontro aparecem as seguintes descrições formuladas sobre o papel do MTD (2007b):

Seguir organizando os desempregados e desempregadas com o objetivo de acumular forças, elevar a consciência para um processo maior que o próprio movimento, que é a transformação radical da sociedade: REVOLUÇÃO;

Coletivizarmos os meios de produção e de decisão na sociedade;

Desenvolver a produção, para gerar sustento da vida das pessoas. Junto com a construção de um novo sistema econômico;

Trabalhar e organizar o trabalho de base construindo um instrumento para derrota [sic] o sistema capitalista, fazendo lutas para ter conquistas;

Nessa sistematização observamos a permanência da proposta original do movimento relativa à organização dos desempregados no âmbito de uma luta mais ampla, que tem como finalidade promover uma disputa de projeto de sociedade. No entanto, nos parece que especialmente a partir de 2003 o MTD deparou-se com diferentes desafios frente às mudanças na conjuntura política e econômica que o levaram a priorizar ações mais reivindicativas e, em alguns casos, defensivas, nas quais preponderaram demandas imediatas da sua base social.

¹⁰ É destacável o fato das maiores votações obtidas por Lula na sua reeleição (2006) ter ocorrido nos estados onde havia o maior número de beneficiários desse programa (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007), os quais apresentaram uma tendência maior a votar em Lula e a avaliar positivamente o seu governo em oposição aos não beneficiários (LICIO; RENNÓ; CASTRO, 2009). Esses aspectos são indicadores importantes dos impactos políticos desse programa sobre as famílias beneficiadas.



Bibliografía

- AMORIM, Elaine R. A. Particularidades dos movimentos de desempregados no Brasil, na França e na Argentina. In: BOITO Jr., A.; GALVÃO, A. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.
- BARRETO, Eleonora. **Desemprego e (des)mobilização política**: a luta do sindicato dos bancários de Campinas e região. 2004. 161. p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BICHIR, Renata M. O Bolsa Família na berlinda? **Novos Estudos**, São Paulo, n. 87, 2010.
- BOITO Jr.; Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. **Ideias**, ano 9 (1), 2002.
- BOITO JÚNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.
- CMI Brasil. Conheça as Frentes de Trabalho. 2004. Disponível no site: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/06/284854.shtml>
- COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal. **Idéias**, Campinas, n° 9, p. 49 – 104, 2002.
- DIEESE. Mercado de trabalho metropolitano em 2010. **Sistema de Pesquisa e Emprego**, 2011.
- DIEESE. **Mercado de trabalho Brasileiro**: evolução recente e desafios. São Bernardo do Campo, 2010, Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/mercadoTrabalhoEvolucaoDesafioTexto2010.pdf>
- DIEESE. O agravamento do desemprego no Brasil. **Informativo Eletrônico do DIEESE**, ano 3, n.28, julho 2002.
- FERRAZ, Deise. A sociabilidade pelo trabalho, as contradições vivenciadas pelo movimento. In: FERRAZ, Deise. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informal: rediscutindo categorias**. Tese de doutorado (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.



FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. Pobreza e políticas sociais. In: FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FILHO, Carolina. **Desemprego e organização dos trabalhadores: o caso do MTD**. Relatório de Iniciação Científica. Campinas, 2009. 20p.

GALVÃO, Andréia; BOITO, Armando; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de dois mil. In: MODONESI, Massimo; REBÓN, Julián (Comp.). **Una década en movimiento: luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI**. Buenos Aires: Prometeo Libros/CLACSO, 2011.

LICIO, Elaine; RENNÓ, Lúcio; CASTRO, Henrique. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 1, n.15, p. 31-54, 2009.

MANGUEIRA, Sérgio Augusto. **Assentamentos rururbanos: Um estudo da relação entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD) no Brasil**. Trabalho apresentado no VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. 2006.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquila. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Revista Katálysis**. Florianópolis, vol. 10, n. 1, jan-jun, p. 15-23, 2007.

MTE. **Cidadania**. Movimento dos Trabalhadores Desempregados. Conquistando direitos, construindo cidadania. Porto Alegre: Camp, 2007a.

MTE. **Educação e Trabalho**. Educação popular e movimentos sociais. Porto Alegre: Camp, 2007.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo. 2006.

POCHMANN, Márcio. Informalidade Reconfigurada. **Revista Fórum**. 13 agosto 2007. Disponível em: www.revistaforum.com.br

Documentos e Cartilhas

Cartilha dos Desempregados. **Cartilha do Militante**, N.01, Porto Alegre, 2000.

Cartilha dos Desempregados. **Desafio dos Trabalhadores Desempregados**, N.02, Porto Alegre, 2000a.



MTD. Denúncias de Agressão aos Direitos Humanos. Porto Alegre. 2007.

MTD. I Encontro Nacional do MTD. Porto Alegre, 2007a (mimeo).

MTD. **Princípios do Movimento dos Trabalhadores Desempregados.** (s/data).
Mimeo.

MTD. Fome Zero é Trabalho.(s/data).